



RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MONOGRAFIA

Aluno: **JOSÉ CARLOS DA FONSECA NETO**

O BRASIL DESCOBRE A ÍNDIA.

Brasília, novembro de 2007

COMPOSIÇÃO DA BANCA DE EXAMINADORES:

Professora Renata de Melo Rosa
Professor Sérvulo Vicente Moreira
Professor Rodrigo Azeredo

Agradecimentos.

Sou muito reconhecido aos professores que tive ao longo de minha formação, desde os primeiros tempos de escola, no Brasil e no Exterior, até a fase mais recente de curso superior. Reconheço neles o esforço e a paciência e sei que não se trata de ofício dos mais fáceis. Agradeço muito a minha família, meus pais e irmão, avós, primos e tios.

Dedico este trabalho e minha formatura a meu avô, José Carlos da Fonseca, recentemente falecido após uma vida produtiva e plena.

RESUMO

Esta monografia apresenta uma visão sobre a importância crescente do relacionamento entre o Brasil e a Índia. Defende a tese de que interessa muito aos dois países uma aproximação que torne mais denso e conseqüente o diálogo bilateral, gerando sinergia para que ambos maximizem suas oportunidades e benefícios, no contexto dos respectivos projetos de desenvolvimento nacional. Este trabalho acadêmico parte da premissa de que até recentemente os dois países estiveram distanciados em função, sobretudo, de uma crônica falta de conhecimento recíproco. Busca-se demonstrar que convém desenvolver um conhecimento direto sobre a complexa e fascinante realidade indiana, país que aos poucos vamos descobrindo. Para tanto, faz-se necessário conhecer seu passado e suas peculiaridades, compreender a sua realidade atual, a fim de projetar seu potencial futuro. A ampla gama de interesses compartilhados e de percepções comuns pode assegurar que, neste início de milênio, a parceria indo-brasileira frutifique de maneira muito promissora, contribuindo para a renovação do cenário mundial. No panorama das relações internacionais de hoje, Brasil e Índia podem vir a desempenhar papel de relevância central no desenho do futuro.

ABSTRACT

This monograph features a perspective on the growing importance of the Brazil-India relationship. It also proposes the idea that it is in the interest of both countries that such a dialogue becomes even more substantive and fruitful. Both Brazil and India stand to benefit from a synergic relationship which might tap on opportunities within the context of the respective national projects. This academic work takes as a fact that until recently the two countries have remained distant as a result of an absurd knowledge gap about each other's realities. It also aims at enticing the interest towards a type of knowledge about each other that no longer is indirect, through a third party lense, but rather a true discovery. In order to achieve that, we need to learn about India's past and singularities, to grasp its complex present, and to project its future potential. The wide range of common interests and shared perceptions may warrant that such renewed partnership might prove itself very promising, thus contributing for a much needed renewal of the world order. In the current scenario of international relations, Brazil and India seem bound to play a central role in the future.

O BRASIL DESCOBRE A ÍNDIA.

ÍNDICE

Introdução	página	7
Capítulo 1	página	9
O Significado histórico de uma aproximação do Brasil com a Índia.		
Capítulo 2	página	13
Planeta Índia.		
2.1	página	16
<i>A Índia Moderna.</i>		
2.2	página	23
<i>A decolagem da Índia contemporânea.</i>		
Capítulo 3	página	28
Relações Brasil-Índia.		
3.1	página	31
<i>Cooperação multilateral.</i>		
3.2	página	34
<i>As relações bilaterais. Evolução recente e criação do IBAS.</i>		
Conclusão	página	38
Dados Básicos da Índia	página	40
Bibliografia	página	41

Introdução.

O objetivo da presente monografia é examinar a importância do relacionamento do Brasil com a Índia. Mostrar como a Índia, infelizmente ainda tão desconhecida no Brasil – e a recíproca sem dúvida é verdadeira, precisa ser melhor estudada no contexto das relações internacionais, pela perspectiva brasileira, a fim de que o exercício de aproximação diplomática ora em curso, depois de anos de um relacionamento distante e frio, possa abranger também a aproximação entre os dois povos e entre as duas culturas. A barreira da distância geográfica e cultural só será superada com o fim da distância criada pelo desconhecimento recíproco. Esse processo é paulatino e cumulativo, mas precisa começar e ser aprofundado.

A Índia que conhecemos no Brasil é um conjunto de impressões difusas e vagas que nos chegaram indiretamente. Parte da imagem que o brasileiro médio tem da Índia nos veio pelas lentes dos anos sessenta, de George Harrison e dos Beatles em sua descoberta psicodélica do Oriente, ou pela lembrança dos exotismos das fábulas das 1001 noites. Parte dessa imagem limita-se a aspectos distintos da religiosidade indiana, das características singulares do hinduísmo, em que animais são sagrados, o vegetarianismo é comum, os mortos são cremados em piras funerárias. Tudo isso espelha a realidade que se encontra na Índia, porém não reflete a rica civilização, a longa história, o fascinante mundo que é o Planeta Índia. Além do mais, para um país que se busca afirmar como um ator internacional maduro e produtivo, como o Brasil, reconheça-se que é inaceitável admitir que tenhamos que ver a realidade de um país importante como a Índia pelas lentes de terceiros. É preciso, pois, buscar o conhecimento diretamente na fonte, única maneira de tirarmos conclusões próprias que efetivamente sejam de nosso interesse nacional.

A Índia vem chamando atenção do mundo. Embora seja uma das civilizações mais antigas da Terra, é um dos mais novos membros da comunidade internacional. Desde a sua independência, há apenas sessenta anos, adotou a democracia e o parlamentarismo, ambos de inspiração ocidental e pouco enraizados na Ásia; investiu muito em educação, ciência e tecnologia, o que lhe vem favorecendo muito nesta etapa da nascimento da sociedade da informação; trava luta incessante para resolver graves problemas herdados do passado, como a miséria da maioria da população, o

analfabetismo e as doenças; convive, em pleno século XXI, com um sistema de castas multimilenar; nasceu sob o signo da não-violência do Mahatma Gandhi, e, no entanto viveu várias guerras com seus vizinhos, desenvolvendo importante arsenal militar que inclui a bomba atômica.

Nos últimos quinze anos, seu ritmo de crescimento econômico, com todas as implicações que isso gera em sua população de 1.1 bilhão de habitantes, vem sendo motivo de admiração, como o outro gigante emergente do Oriente, ao lado da China.

Ao conhecer melhor a Índia, o Brasil poderá traçar estratégias de construção de parcerias e sinergias, num jogo em que ambos só têm a ganhar.

Capítulo 1 – O significado histórico de uma aproximação do Brasil com a Índia.

A vida humana é finita, pois cada um de nós um dia morre; a epopéia humana no Planeta Terra, porém, vem constituindo processo continuado desde que o *homo sapiens* passou a desempenhar o seu papel civilizacional, milhares de anos atrás. Hoje se tem noção de que a sobrevivência da humanidade depende de nossa capacidade de reverter a tendência predatória com que nossa sociedade vem destruindo a natureza e rompendo seu equilíbrio ecológico. No entanto, diante da perspectiva de continuidade e permanência que felizmente ainda prevalece para a presença humana no planeta, não seria exagero afirmar que o intelectual Francis Fukuyama¹ logrou chocar a comunidade acadêmica internacional quando ousou, em 1989, proclamar o fim da história. Convém entender suas circunstâncias. A desconstrução da União Soviética, a queda do Muro de Berlim e a unificação da Alemanha simbolizaram o final da Guerra Fria e anteciparam, em termos simbólicos, o encerramento do século XX. Alguns historiadores, aliás, consideram que o século passado foi deveras curto: só começou para valer com a Primeira Grande Guerra, em 1914, e terminou cerca de uma década antes do novo milênio. Século curto e violento, de utopias e revoluções, de vitórias e de frustrações, de avanços que não obstante conviveram com níveis absurdos de violência e intolerância. Se a base conceitual hegeliana em que se fundamenta o mecanicismo-historicista marxista, movida pela dialética da luta de classes, parecia apontar para uma inevitável progressão rumo ao futuro, o término da Guerra Fria, com tudo que significava, permitia a leitura de que os conflitos estavam sendo definitivamente superados e que uma nova era se inaugurava.

Como hoje sabemos, a história não terminou há quinze anos. Ao contrário, prossegue em ritmo acelerado, com continuidades e rupturas, trazendo em seu bojo ecos do passado, ao mesmo tempo em que ensaia um futuro que não se pode antecipar em todos os contornos. Quem poderia prever evento como os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e suas complexas conseqüências? Quem poderia antever, por ocasião da revolta da Praça da Paz Celestial em Pequim, no já longínquo ano de 1989, as transformações que fariam da China a potência que é em nossos dias?

¹ Fukuyama, Francis 1989. "The End of History?" in The National Interest (no. 16, summer, p. 3-33)

É no contexto da incessante dinâmica da história que o presente trabalho visa examinar o significado do relacionamento do Brasil com a Índia. Duas das maiores extensões territoriais do mundo, a segunda maior e a quinta maior população do globo, duas democracias de massas, duas economias em franco desenvolvimento, dois países com imenso potencial, mas também com enormes desafios e problemas a serem superados. A geografia distancia o Brasil da Índia. As respectivas formações históricas e culturais distinguem as duas nações. Os idiomas as separam. Em meio a tantas dessemelhanças, entretanto, encontram-se valores comuns, objetivos compartilhados, potencial, enfim, para construir parceria sinérgica o suficiente para, valendo-se da complementaridade natural entre ambos os países, assegurar que Brasil e Índia desempenhem papel de relevância crescente no cenário internacional, em benefício de seus próprios projetos nacionais.

A chamada globalização, ao contrário do que chegaram a especular alguns analistas mais apressados, não condenou à morte o velho Estado-nação. A revolução ainda em curso graças às tecnologias da informação e das comunicações, graças aos transportes e à mundialização dos sistemas financeiro e do comércio, relativizou as fronteiras nacionais e desmoralizou as distâncias geográficas, embaralhando tempo e espaço. A tradicional divisão internacional do trabalho, herança da revolução industrial aprofundada durante os tempos do sistema colonial, cedeu lugar a uma nova lógica de localização industrial e de alocação de investimentos, mais respeitosa de motivações econômicas e sócio-culturais do que de considerações meramente geográficas e deterministas. Mais passível, portanto, de ser redefinida por países grandes como o Brasil e a Índia, capazes de ocupar espaços novos e de desempenhar papéis inovadores numa geografia econômica internacional em plena e ampla transformação.

O sistema internacional não atravessou incólume tantas mudanças. O eurocentrismo da expansão colonial, sobretudo a partir dos séculos XV e XVI, foi dar em portos distintos. Se por um lado “descobriu” o Novo Mundo e o forjou a sua imagem e semelhança, expandindo o Ocidente e a civilização judaico-cristã, por outro foi obrigado a reconhecer, no Oriente, sociedades e tradições tão ou mais antigas, complexas e ricas que as da matriz greco-romana: o velho Império do Centro, a China, assim como o Japão e a Índia, para citar apenas três das grandes civilizações que haviam florescido do outro lado do globo terrestre. Embora Alexandre, o Grande, houvesse

invadido o que hoje é a Índia, a resiliência das nacionalidades que habitavam o Subcontinente Asiático reagiu e expulsou as forças do general grego. Embora o cristianismo pré-romano dos Apóstolos tenha deixado registro de sua presença, vinda diretamente da Palestina, em importantes áreas do que seria a Índia moderna, sua força evangelizadora não logrou diminuir hegemonia cultural que sobre os povos do Subcontinente exerceram e exercem o hinduísmo, do alto de seus quatro milênios, ou mesmo o budismo, lá igualmente nascido dois mil e quinhentos anos atrás. Os descendentes do mongol Gengis Khan, como Babur, conquistaram boa parte do território indiano por quase cinco séculos e lá introduziram o islamismo, assim como os portugueses da expansão mercantilista que, a partir da chegada de Vasco da Gama à costa Malabar, ainda no século XV, deixaram suas influências e marcas. Seriam os britânicos, todavia, que realizariam, de maneira politicamente mais institucionalizada a partir de meados do século XIX, o impressionante feito de formalizar um império colonial na Índia, fundado na estruturação mercantilista da Companhia das Índias, dando-lhe o perfil com que hoje se apresenta ao mundo.

A Índia, mosaico multimilenar de culturas, línguas, etnias e sociedades, só deixaria o jugo da Coroa britânica com a Independência, em 1947. Durante as décadas precedentes, o esforço pela independência passou por várias etapas, com maior ou menos grau de violência e de resistência. Mais foi a liderança moral de Mahatma Gandhi, advogado treinado em Londres que fez a viagem de volta para as origens mais básicas do que é ser indiano, que plasmou o movimento que gerou a Índia contemporânea. Amparada na competente ourivesaria política a cargo de um estadista maior, Jawaharlal Nehru, a construção institucional da Índia, processo ainda em curso, segue fascinando o mundo. Embora a Independência tenha sido negociada e concebida dentro da ordem, sob inspiração da **satyagraha**, ou da não-violência, a Partição, que deu origem ao Paquistão, transformou-se em carnificina monstruosa. Por outro lado, a democracia liberal e representativa de feição britânica que foi implantada com a Constituição de 1951, modelo político sem raízes ou paralelos na Ásia em geral, acabou se afirmando em plena Guerra Fria e durante processo histórico pontuado por conflitos e tensões regionais, a partir, sobretudo, das dificuldades de relacionamento da Índia com os vizinhos Paquistão e China. Para completar a singularidade do país, a democracia liberal conviveu, pelo menos até o início da década de 1990, com modelo econômico de planificação centralizada, de radical protecionismo, de estatismo assumido que

traduziam a proximidade ideológica da Índia de Nehru e Indira Gandhi com a antiga União Soviética.

Ora, é a Índia dessas realizações inesperadas e por vezes paradoxais que desponta em nossos tempos como uma potência emergente no rumo de um protagonismo internacional cada vez maior. Cabe ao Brasil de nossos dias o desafio de densificar ainda mais esse relacionamento.

Capítulo 2 - PLANETA ÍNDIA.

A Índia tem uma das civilizações mais antigas do mundo, mas é uma das nações mais jovens da comunidade internacional. Este é apenas um dos paradoxos indianos. Muitos outros são encontrados nesse país com um território duas vezes e meia menor e uma população quase sete vezes maior que a do Brasil.

Os primórdios da civilização que cresceu no vale do rio Indo datam de três mil anos *A.E.C.*² Desde então, a civilização indiana vem enriquecendo todas as artes e ciências. Graças à Índia, contamos de 1 a 10 com algarismos equivocadamente denominados “árabicos”, conhecemos o numeral zero e usamos um sistema decimal sem o qual a era moderna do computador dificilmente seria possível. Os indianos foram os primeiros a transformar algodão em tecidos, os primeiros a jogar xadrez e a apostar com dados, a domesticar galinhas e elefantes.³

Foram breves os períodos históricos em que o território indiano esteve integrado a um projeto comum e subordinado ao mesmo poder central. Os 28 estados da República atual se subdividiam no passado em inúmeros principados e outras unidades

² Antes da Era Comum (A.E.C.), ou antes de Cristo (a.C.)

³ De acordo com diversas fontes da historiografia sobre a Índia, e em particular no registro da Enciclopédia Britânica (Artigo: History. India from the Paleolithic Period to the decline of the Indus Civilization. Agriculture and Animal Husbandry. www.britannica.com/eb/article), a chamada Civilização do Vale do Rio Indu (IVC) (*circa* 3300-1700 A.E.C.) alcançou seu apogeu no período Harappan. Estudos arqueológicos das últimas décadas confirmaram, cientificamente, que aquelas populações, que habitaram vastas áreas que hoje correspondem ao Noroeste da Índia, ao Paquistão e a parte do Afeganistão, domesticaram diversas variedades de plantas e animais, como o trigo e o arroz, a galinha e o elefante. O desenvolvimento de conceitos matemáticos abstratos e dos numerais utilizados até hoje foi outra conquista da civilização do Subcontinente indiano. Até mesmo a abstração do zero, que representa o não-número, o nada, o vazio, entende-se que derive da filosofia de antigas tradições budistas e hinduístas, para as quais o não-pensar, a contemplação do nada absoluto, é vitória do espírito sobre a matéria, e do transcendental sobre o circunstancial. Se considerarmos que em seu auge a IVC foi em parte contemporânea do Egito Antigo e da Mesopotâmia da Antigüidade, portanto anterior aos primórdios pré-socráticos da metafísica grega, avulta ainda mais a contribuição civilizacional da Antigüidade hindu. Sobre essa fase da história da civilização hindu, há muitos artigos interessantes em jornais e revistas indianas que citam a historiadora Romila Thapar, autora, entre outras obras, de *Early India: From Origins to AD1300*, 2002, Penguin Books, New Delhi (cf. Book Review do jornal indiano The Hindu, 28/04/2004 – www.hindu.com).

autônomas. Jamais unidos, os marajás daqueles tempos facilitavam o trabalho das sucessivas levas de invasores, os quais se sucederam ao longo da história.

Estes vinham, geralmente, da Ásia Central e aproveitavam passagens entre as montanhas do Himalaia para penetrar na área de 1 milhão de metros quadrados banhada pelos sete rios do vale do Indo. Drávidas, indo-arianos, medos, persas, árabes e mongóis foram apenas alguns dos que entraram, ficaram e foram sendo aos poucos “indianizados”. Outros chegaram por mar, como o grego Alexandre, o Grande, que quase se converteu no primeiro imperador de toda a Índia.⁴

Os arianos trouxeram os princípios da religião que se converteria no hinduísmo, criaram o sânscrito e introduziram o sistema de castas (brâmanes, xátrias, vaishás e sudras). Em seguida, a Índia, ou grande parte do Subcontinente Asiático, conheceu governantes hinduístas, budistas, jainistas e muçulmanos, até desembocar no cristianismo britânico.

No fim do século XV, navegantes como Vasco da Gama aportaram em Goa, que foi possessão portuguesa até 1961, e em Bombaim (corruptela lingüística da lusitana expressão *boa baia*), hoje Mumbai, ambos na costa Malabar, ponto de contacto, através do Mar da Arábia. Os mercadores ingleses chegaram em 1608. Exploraram o comércio com tal eficácia que no século XVIII já eram, na prática, os senhores da terra. Em 1876, a Rainha Vitória passou a ser também Imperadora da Índia, “a mais bela jóia do império britânico”.⁵ A oposição nacionalista se organizou em torno do **Indian National Congress**, de início uma agremiação de admiradores dos valores anglófonos, mas que logo evoluiu para um partido político, no qual militaram figuras como Gokhale, Motilal Nehru e o Mahatma Gandhi. Este último tornou-se o grande propugnador do

⁴ Vários textos bibliográficos e fontes da internet contam a história das invasões de que foi palco a Índia através dos tempos. Uma leitura especialmente interessante a respeito se encontra em *The Discovery of India*, de Jawaharlal Nehru (ver bibliografia), que mostra as influências e implicações desses encontros de civilizações. Alexandre, o Grande, após haver conquistado a Pérsia, chegou às margens do Rio Ganges e deixou, como herança, intrigantes combinações como, por exemplo, a do chamado greco-budismo, cujas marcas ainda são encontradas em regiões do atual Paquistão e do Punjab, na Índia.

⁵ Quando a Rainha Vitória, da Grã Bretanha, formalmente incorporou a seus títulos o de Imperadora da Índia, em 1876, o orgulho ufanista de colonizadores e até de alguns colonizados os fazia proclamar, além da referência à nova jóia da velha Coroa, o fato de que no Império britânico o sol jamais se punha, pois ele se estendia, geograficamente, por todo o globo.

“swaraj”, ou autodeterminação. A independência viria em 1947 e por ela os indianos pagariam um preço elevado.

Embora predominantemente hindu, a Índia conta ainda hoje com mais de 120 milhões de muçulmanos e é, de fato, a segunda maior nação islâmica, depois da Indonésia. As lideranças da Liga Muçulmana, depois de tentarem em vão assumir a liderança do Partido do Congresso Nacional Indiano, submeteram aos vice-reis britânicos a proposta de dividir o território, cabendo aos islamitas as regiões em que constituíam a maioria da população. Sempre partidários do **divide et impera**, os ingleses negaram-se a ouvir os conselhos de Gandhi, para quem a partilha equivaleria à “vivição da mãe-pátria”, e criaram o Paquistão Oeste (o atual Paquistão, termo que significa, em urdu, “terra dos puros”) e o Paquistão Leste (hoje Bangladesh). Entre os dois, 1,6 mil km de território indiano.

Mal concebida, mal planejada e apressadamente executada, a Partilha transformou-se num banho de sangue. Muçulmanos emigrando para o Paquistão foram massacrados por hindus e hindus deixando o Paquistão foram massacrados por muçulmanos. Estima-se que, no total, um milhão de pessoas morreram. Isso aconteceu há apenas 60 anos, exatamente em 1947. As lembranças são recentes e continuam a gerar problemas, entre os quais três guerras, uma corrida nuclear e piques de grave tensão no Sul da Ásia.

2.1 - A Índia Moderna.

A Constituição indiana, que entrou em vigor em 1950, é uma complexa obra de engenharia política. Durante a luta pela Independência, o Partido do Congresso se firmou como a maior força política e chegou a abrigar lideranças com visões heterogêneas sobre o que deveria vir a ser o novo país. Mahatma Gandhi pode ser considerado o grande inspirador e mobilizador do esforço pela Independência. Desde que começou, ainda como jovem advogado radicado na África do Sul, no início do século XX, as campanhas de resistência passiva, de desobediência civil e de combate pela não-violência, a *Satyagraha*, contra o regime racista do *apartheid*, até seu regresso à Índia, quando, a partir de 1921, assumiu a liderança do Partido do Congresso, sua imagem se fixou no imaginário das massas indianas como a de um verdadeiro pai da pátria. Gandhi formou-se em direito no **University College**, em Londres, na última década do século XIX. Chegou a praticar a advocacia no Reino Unido, antes de mudar-se para a África do Sul, que já então abrigava expressiva comunidade de indianos e seus descendentes.

Seu contacto com o Ocidente e com a África, em vez de desenraizá-lo, parece ter servido para que valorizasse ainda mais sua essência indiana. Hinduísta praticante, asceta e vegetariano, sua trajetória de retorno aos valores básicos de sua cultura original esteve refletida no próprio movimento pela emancipação política da Índia. Deixou de vestir roupas ocidentais, passou a viver segundo os preceitos da simplicidade e do desapego aos bens materiais, promoveu, sobretudo para a elite indiana fascinada com a Inglaterra e seus valores liberais, um processo de redescoberta da **indianness**, com vistas à *Swaraj*, traduzível como auto-suficiência ou autonomia plena. Leitor das escrituras sagradas do hinduísmo, Gandhi era nostálgico de uma Índia idealizada, das pequenas comunidades rurais *self-reliant*, da economia da subsistência, em pequena escala, do estímulo ao artesanato, dos autogovernos locais, os *panchayats* de uma Índia praticamente feudal e comunal.

Para Gandhi, essa visão, que se poderia chamar de nativista, contemplava um estado de perfeita convivência entre os grupos religiosos distintos que se haviam radicado e florescido no Subcontinente. Berço do budismo, que partilha com o hinduísmo a mesma matriz do moralismo naturalista do *dharma* – o que deve ser a

Índia se havia, entretanto tornado, também, uma grande nação muçulmana. Os invasores maometanos que, a partir da dinastia **mughal** de Babur, governaram a Índia por vários séculos e lá introduziram o Islã, sua cultura, suas artes e arquitetura, já se haviam tornado uma proporção significativa das massas indianas e de suas elites. Gandhi professava uma fé tolerante e de convivência, mas teve que conviver com visões mais radicais e exclusivistas, tanto de hinduístas quanto de muçulmanos. Durante algum tempo ainda foi possível a co-existência dessas perspectivas potencialmente antagônicas no seio do Partido do Congresso, numa situação de crescente tensão entre forças contrárias. Muhammad Ali Jinnah, o grande líder muçulmano daqueles tempos e que se tornaria o fundador do Paquistão após a Partição, travou com Gandhi importantes batalhas políticas.

Por outro lado, mesmo entre os hinduístas havia dissenso. Gandhi simbolizava o retorno às raízes, numa crença talvez ingênua na bondade intrínseca do ser humano. Jawaharlal Nehru, por sua vez, era a encarnação do intelectual sintonizado com o que se passava no mundo, um político realista e atualizado em seu pragmatismo, um acadêmico de matiz razoavelmente ocidentalizada. Havia tensão mesmo entre as perspectivas esposadas por Gandhi e Nehru, entre as respectivas visões do que deveria ser a nova Índia.

Quando se consumaram a Independência, em 1947, e a subsequente Partição da Índia com o Paquistão, ficou patente que aquelas contradições estavam fadadas a explodir. A carnificina que matou quase um milhão de pessoas, em uma das maiores trocas de população de que se tem notícia, deu início a um processo de relacionamento entre os dois novos países independentes – a Índia e o Paquistão, que até hoje apresenta cicatrizes e indefinições. Já houve três guerras reais entre os dois países, o Paquistão do Oeste já se transformou em Bangladesh, em 1971, Nova Delhi e Islamabad chegaram à beira de novos conflitos armados em diversos momentos, impera sentimento de suspeitas recíprocas com relação a atividades terroristas de lado a lado, os dois países passaram a ser detentores de armas nucleares – tudo que o espírito de não-violência de Gandhi pretendeu evitar no Ásia Meridional. Além disso, o transcorrer desse processo histórico em plena Guerra Fria na prática desmoralizou o sonho da autonomia não-alinhada, na medida em que as circunstâncias geopolíticas da época empurraram a Índia para o alinhamento com a URSS, ao passo que o Paquistão se aproximou da China e,

por essa via, dos EUA, após a abertura de Nixon-Kissinger, quadro em que se desenvolveu corrida armamentista regional que ainda não chegou ao final.

Foi naquele cenário de radicalizações, de contradições internas e externas que um fanático fundamentalista hindu assassinou o Mahatma Gandhi em janeiro de 1948, logo após a Independência tão sonhada, e por considerá-lo, injustamente, o responsável pela divisão territorial do país. Em realidade, a Participação havia sido uma espécie de solução de compromisso, essencialmente política, a que chegaram os pragmáticos de lado a lado, gente como Nehru e Jinnah, como Churchill e Mountbatten, este o último Vice-Rei do *British raj*.

Em meio a esse complexo conjunto de tensões e conflitos, destaca-se ainda mais a obra de ourivesaria político-institucional liderada por Nehru na conformação constitucional da Índia contemporânea. A Constituição de 1950 adotou o sistema eleitoral típico das democracias representativas ocidentais, o parlamentarismo de feição britânica como forma de governo, o socialismo como meta, o império da lei, o respeito às liberdades individuais, inclusive de imprensa e de opinião, e a separação entre Estado e religião. Por meio de Emenda Constitucional aprovada na década de 1970, já durante o Governo de Indira Gandhi, filha de Nerhu e sua herdeira no Partido do Congresso, acrescentou-se à definição constitucional do que é a Índia, também, a qualificação de república **secular**. No singular contexto indiano, secular significa respeito às diferenças religiosas, tolerância para com a diversidade de credos e cultos, em vez de significar, como em nossa realidade, meramente a separação entre Estado laico e religião.

Considerado o entorno geográfico da Índia, e à luz da experiência histórica dos povos do Subcontinente, percebe-se com clareza que a adoção da democracia representativa como sistema de governo traduziu uma aposta com certo grau de risco. A idéia do sufrágio universal e secreto, em que todos são iguais no valor de seu voto individual, através do qual se elegem os governantes, é uma construção institucional marcadamente ocidental. Ainda assim, a Índia de hoje ostenta o histórico de quase sessenta anos de eleições realizadas a intervalos regulares, com alternância de poder e respeito à legislação, sem interrupções, sem golpes de Estado e sem rupturas institucionais. O mesmo não se pode afirmar com relação a vizinhos como o Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, para mencionar apenas três países com contigüidade territorial.

Quando comparada à China, também fronteiriça, que desde a Revolução de 1949 adotou o regime de partido único, o experimento democrático indiano avulta ainda mais.

Há uma extensa bibliografia que examina as razões do êxito da democracia na Índia contemporânea. Afinal, embora não tivesse raízes históricas, o ritual eleitoral parece se ter solidificado entre as massas indianas. O voto não é obrigatório, mas facultativo, para todos os cidadãos com acima de 18 anos, mesmo entre os analfabetos. Um colégio eleitoral de mais de 670 milhões de pessoas, com um índice de absenteísmo muito inferior ao que se observa nas democracias ocidentais desenvolvidas, registrando, em média participação próxima a 75% do eleitorado das camadas populares.⁶ Se um decréscimo absenteísta relativo se tem verificado, encontra-se ele proporcionalmente mais expressivo entre eleitores mais esclarecidos da classe média alta e da elite, os quais são vistos como os indianos que se acham no cerne do processo de globalização, para o bem e para o mal. Por um lado, essa realidade sociológica de uma massa de miseráveis pouco esclarecidos pode ser a garantia do prosseguimento da experiência democrática na Índia; por outro, convém registrar que também se pode prestar a todo tipo de manipulação por parte de políticos demagógicos e populistas. Ainda assim, a pujança da democracia indiana constitui fenômeno que merece ser acompanhado. Há quem diga que um gigante emergente como a China de hoje, com todo seu potencial de desenvolvimento, ainda pode ter um encontro marcado com tensões derivadas de seu déficit democrático, enquanto a Índia, apesar de todos os seus problemas, já teria resgatado essa fatura para com a maioria de sua população.

Outra característica indiana que valoriza ainda mais o êxito de sua trajetória recente como Estado-nação reside na persistência do sistema de castas. Embora existam sistemas assemelhados em outras regiões do mundo, na própria Ásia, na África e entre grupos tribais diversos, a complexidade da estruturação da sociedade indiana ainda é, entre analistas brasileiros, pouco conhecida. Trata-se, na Índia, de realidade concreta e perceptível que perpassa toda a sociedade. Para entendê-la, há que se recorrer a exame verdadeiramente multidisciplinar: na Índia, embora as castas tenham clara origem na

⁶ Muito se encontra nos *sites* dos principais órgãos da imprensa indiana e internacional, porém os números mais precisos e impressionantes foram retirados da *webpage* da *Indian Election Commission* (www.eci.gov.in). Para dar uma idéia da logística exigida pelo processo eleitoral indiano, basta mencionar que os votos são captados em 700 mil urnas e que mais de dois milhões de cidadãos são convocados para realizar os trabalhos nas eleições.

cosmogênese sob a percepção hinduísta e se encontre em suas escrituras sagradas milenares, a evolução histórica da civilização que habita o Subcontinente Asiático as tornaria uma lógica avassaladora que penetra, perpassa e explica toda a realidade social. Com efeito, é uma realidade que não é nem só étnica, nem regional, nem lingüística, nem religiosa, nem sócio-econômica, nem política, nem cultural – mas que se encontra presente em todas essas segmentações. Embora a Constituição indiana tenha proibido as castas e a *intocabilidade* – a casta dos *dalits*, antes conhecidos como intocáveis, não é possível compreender a Índia, mesmo em nossos dias, sem levar em consideração o conceito e a realidade das castas.⁷

Castas foi o termo cunhado pelos jesuítas portugueses para explicar e designar uma realidade social milenar, os *varnas*, que eram basicamente quatro: os *brâmanes*, ou sacerdotes; os *xátrias*, ou guerreiros; os *vaixás*, ou mercadores; e os *sudras*, ou camponeses. Os brâmanes teriam emergido da boca de Brahma no momento da criação; os xátrias vieram de seus braços; os vaixás, das coxas; os sudras, dos pés. Abaixo dessas castas, vinham os dalits, ou intocáveis. Entre os varnas, havia um sem número de *jati*, ou grupos de famílias. A estrutura persiste até hoje, com a existência de milhares de subcastas. Na essência, a estruturação mitológica hindu se baseia na antinomia limpeza-sujeira ou pureza-poluição. Assim, as castas ditas superiores se dedicam a tarefas e missões limpas, ao passo que as inferiores se devotam a trabalhos manuais e sujos. Varrer ruas, recolher lixo, limpar banheiro, lavar roupa, dispor dos mortos são encargos poluídos que não são executados pelas castas superiores.

Os hinduístas crêem que a vida é cíclica. Cada um nasce e renasce, em um processo conhecido como *samsara*. A qualidade do renascimento depende do *karma*, ou seja, da conduta pessoal do indivíduo, na existência ou encarnação anterior. Viver uma vida correta, adequada ao *dharma*, também no sentido do comportamento apropriado à condição social do indivíduo, aumenta a possibilidade de renascimento em uma casta mais alta. Mas se há muito *karma* ruim acumulado, a reencarnação pode se dar em forma animal. Somente em forma humana se pode ganhar suficiente autoconhecimento para escapar ao ciclo das reencarnações e atingir a *moksha*, ou liberação.

⁷ Para uma melhor compreensão da centralidade do sistema de castas indiano, consultar a obra de Louis Dumont, *Homo Hierarchicus*, São Paulo: Edusp, 1994.

Por ser a religião de 82% dos indianos, o hinduísmo exerce influência hegemônica em toda a sociedade e, por essa via, o sistema de castas penetrou até mesmo outros grupos religiosos. Há notícias de que, de maneira mais ou menos sistemática, as castas estão reproduzidas, sobretudo nas classes menos esclarecidas da população rural e urbana, até mesmo entre muçulmanos e cristãos. Num paradoxo típico do planeta Índia, é possível identificar comunidades cristãs que se organizam em castas, numa contradição flagrante da igualdade de todos os indivíduos em Cristo.⁸

É claro que o sistema de castas limita a mobilidade social. No entanto, há exceções: um *dalit*, K.R. Narayanan, foi Presidente da Índia; outro, B.R. Ambedkar, foi o Presidente da Assembléia Constituinte que concebeu a Constituição de 1950; K.G. Balakrishnan, também um *dalit*, é o atual Presidente da Suprema Corte. A história registra que Gandhi tinha uma posição dividida nessa questão vital para a construção da Índia moderna. Se por um lado, era advogado das massas em busca de afirmação social e crescimento econômico, por outro, seu nativismo da volta às raízes puras a Índia profunda e tradicional não chocavam as distinções de castas. Um grande esforço vem sendo feito desde Nehru para superar as castas e seu determinismo social, que é a própria negação do empreendedorismo e da possibilidade de ascensão social. Graças a medidas de discriminação positiva (*affirmative action*), implantadas logo após a Independência, sistemas de quotas e reservas, nas escolas, nas universidades e na estrutura de governo, o acesso das castas e sub-castas inferiores a oportunidades de formação e de emprego vem sendo observado.

Outro corte importante e complexo da sociedade indiana segue sendo o religioso. Além da maioria hinduísta, há uma ampla comunidade muçulmana, que corresponde a cerca de 12% da população, por volta de 140 milhões de pessoas. Subsistem graves tensões no convívio entre essas comunidades. Por vezes, essas tensões explodiram em crises violentas. A democracia indiana tenta resolver esses problemas, adotando medidas de caráter compensatório como quotas reservadas a muçulmanos no serviço público e nas forças armadas. Há radicalismos fundamentalistas nas duas

⁸ Entre outras fontes, há citações sobre a demografia religiosa da Índia atual em *Índia Unbound*, de Gurcharan Das (vide bibliografia). O contraponto com a idéia cristã de antropocentrismo, em que o ser humano é criado à imagem e semelhança de Deus, e que todo ser humano é igual perante Deus, pai e criador de todos, é inferência do autor da monografia, que identifica a diferenciação, por exemplo, no caráter cíclico das reencarnações e na própria existência do sistema de castas a distinguir as pessoas.

comunidades que prejudicam esses esforços. O principal partido de oposição ao Partido do Congresso, ora no governo, é o BJP, que já governou a Índia e cuja principal bandeira pode-se afirmar que é a *hindutva*, ou nacionalismo hindu, o que por vezes tem inspirado processos de intolerância religiosa com graves conseqüências.

2.2 - A decolagem da Índia contemporânea.

Até o início da década de 1990, a Índia adotou um modelo de desenvolvimento econômico que se baseava fortemente no planejamento central, por meio dos Planos Quinquenais ainda hoje em curso, na substituição de importações, mediante a proteção estrita de diversos segmentos de sua economia, e na predominância do setor estatal como motor das atividades econômicas. A prioridade das primeiras décadas após a Independência foi a de dotar o país de uma indústria pesada, de bens de capitais produzidos por empresas estatais. Durante o longo governo de Indira Gandhi, no início da década de 1970, a Índia alcançou a almejada auto-suficiência alimentar, na chamada Revolução Verde, graças à qual o seu setor agrícola passou a produzir grãos em volumes suficientes para a demanda nacional. Ao longo de todo esse período, o Estado indiano investiu pesadamente, também, em educação, sobretudo através de escolas técnicas, científicas e tecnológicas de níveis médios, institutos e outras entidades de educação em nível superior. O inglês, como língua franca num país multi-lingüístico, facilitou, ademais, o acesso de contingentes cada vez maiores de indianos às melhores universidades mundo afora, especialmente nos EUA e na Inglaterra.

Por volta de 1990, a *débâcle* soviética e o embaralhamento ideológico provocado pelo fim do maniqueísmo que caracterizara a Guerra Fria, provocou, também na Índia, grave crise de balanço de pagamentos, fazendo com que o país recorresse ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, para evitar a moratória em seus fluxos financeiros internacionais. Durante o Governo Narasinha Rao, do Partido do Congresso, a equipe econômica que precisou gerenciar aquela fase de crise foi confiada a um tecnocrata respeitado que fizera carreira nas instituições de Bretton Woods e estudara profundamente a crise do modelo econômico adotado originalmente por Nova Delhi. Esse economista sem mandato político, o atual Primeiro Ministro Manmoham Singh, um fato raro num sistema parlamentarista, assumiu o Ministério da Fazenda e iniciou processo de reformas que, na prática, substituiu o modelo de gestão econômica até então adotado. Abriu a economia a um grau inédito de exposição a competidores internacionais, salvo em alguns poucos setores que continuaram relativamente protegidos, alterou a legislação, a fim de admitir uma crescente participação de capitais e investidores estrangeiros na economia doméstica, privatizou empresas, iniciou um

processo de realismo fiscal, atrelando os gastos públicos à capacidade de geração de receitas tributárias.

A combinação do esforço anterior de formação de quadros técnicos qualificados via educação, com a nova situação de maior competitividade internacional e de relativa abundância de investimentos serviu para deslanchar o vigoroso impulso de crescimento econômico “globalizado” que ainda não parece se haver esgotado. Enquanto nas décadas de 1970 e 1980, o *hindu growth* era sinônimo de letargia econômica, burocratismo e perda de produtividade, a partir do início dos anos noventa a economia indiana passou a ostentar índices de crescimento econômico importantes e que se vêm sustentando até hoje. Na série histórica, o PIB indiano tem crescido acima de 6% ao ano em média desde 1993, chegando, nos últimos quatro anos, a ficar em torno de 9%. Só a locomotiva chinesa vem crescendo em ritmo maior que o indiano.

Para um país com mais de 1.1 bilhão de pessoas, não é difícil imaginar o que esse crescimento econômico acelerado vem produzindo em termos de impacto social, cultural, nos costumes etc. Com uma sociedade ainda muito vergada ao peso de desequilíbrios regionais, religiosos e sociais (castas, por exemplo), em que mais de 70% da população ainda vive no meio rural ou em pequenas comunidades tradicionais, esse já longo período de crescimento sustentado vem paulatinamente agregando números expressivos de indianos ao mercado de consumo, com todas as profundas implicações que advêm desse fenômeno. As desigualdades sócio-econômicas ainda são tremendas, a distância entre os muito ricos e os miseráveis ainda é imensa, mas se percebe com clareza que a Índia de nossos tempos atravessa uma verdadeira revolução. As conseqüências dessas transformações para a estrutura sócio-cultural e para o sistema político indiano ainda não são totalmente previsíveis. Tampouco se pode ainda prever seu pleno impacto sobre as relações internacionais.

Alguns segmentos da economia indiana se têm beneficiado de maneira mais saliente dessa fase de crescimento acelerado. Na área das Tecnologias da Informação e das Comunicações (TIC), por exemplo, há sinais claros desses impactos positivos. Como a mão-de-obra indiana nesses setores é mais barata, se comparada aos países desenvolvidos, tem razoável grau de qualificação técnica, graças ao sistema educacional, e domina o inglês, sem dúvida a língua franca da chamada globalização,

alguns anos atrás teve início processo de localização, na Índia, dos chamados *call centers*, serviços de atendimentos dos clientes das grandes empresas de telefonia ou das multinacionais com atuação global. Há muitos anos, quando um cidadão norte-americano ou britânico, liga para o número de auxílio à lista de algumas empresas telefônicas, a fim de obter um número ou um endereço, ele provavelmente estará falando com um ou uma “telefonista” em Bangalore, Delhi, Mumbai ou Hyderabad. Dos *call centers*, que são operação mais simples, esse panorama evoluiu para outros serviços de complexidade cada vez maior. Hoje, muitos bancos e grandes empresas internacionais, quando encerram seu expediente comercial na Europa Ocidental ou nos EUA, remetem via internet para seus *back offices* na Índia os números de seu movimento diário. Boa parte da contabilidade, do controle de estoque e de qualidade, dos serviços de assistência técnica, auditoria e outras tarefas podem ser feitas durante o dia de trabalho indiano, noite no Ocidente. Ao reabrirem seus computadores no dia seguinte, acessarão o trabalho de contadores, auditores, *controllers* indianos que prestam serviço de qualidade a um custo bem inferior.⁹

Outra área de excelência da nova economia da informação em que a Índia vem se destacando, por exemplo, é a farmacêutica. De início, ainda na vigência do modelo de substituição de importações, o governo indiano estimulou muito a formação de químicos, bioquímicos e farmacêuticos. Além disso, fazia vista grossa para a “pirataria” da chamada engenharia reversa e para a cópia de fórmulas farmacêuticas, não protegia os *copyrights*, a propriedade intelectual e as patentes. Isso propiciou uma acumulação “primitiva” de conhecimentos técnicos e tecnológicos que explica o rápido desenvolvimento de uma possante indústria farmacêutica na Índia. De resto, possibilitou o aparecimento dos medicamentos “genéricos”. Hoje, os grandes laboratórios indianos estão em qualquer lista das grandes indústrias do setor no mundo, já produzem em outros países, inclusive no Brasil, são um dos maiores investidores em Pesquisa & Desenvolvimento nas áreas médicas, e grandes exportadores de medicamentos e seus insumos. Depois de relutar muito para mudar posição que era verdadeiro dogma, a Índia finalmente aderiu ao regime internacional de proteção da propriedade intelectual e das patentes, tal como definido pela OMC (Organização Mundial do Comércio) e regulado pela comunidade internacional. Muitos dos gigantes da indústria farmacêutica ocidental

⁹ Diversas reportagens jornalísticas, especialmente na revista *The Economist* (www.economist.com), em *country briefing-India*.

hoje produzem a partir de fábricas e laboratórios localizados também na Índia, com cientistas e pesquisadores indianos, ou fazem *joint ventures* com concorrentes indianos.¹⁰

Essas duas áreas mencionadas são um bom exemplo do êxito da nova inserção internacional da Índia em certos segmentos que sem dúvida estão na vanguarda da chamada nova economia da informação e dos serviços. A rapidez vertiginosa com que essa evolução vem acontecendo, em pouco mais de uma década, e a ampla escala de suas repercussões multidisciplinares sobre a realidade indiana e até internacional, confirmam que a Índia se destina, no presente, a desempenhar crescente protagonismo. A dimensão de sua população e o que os indianos chamam de *demographic dividend*, a característica etária de sua pirâmide social, com cerca dois terços de adultos jovens e crianças que entrarão no mercado de trabalho nos próximos anos, alimentam um estado de euforia que se observa na Índia atualmente. Os mais de US\$ 30 bilhões de exportações de serviços registrados em 2006, que se estima possam beirar os US\$ 70 bilhões em cinco anos, simbolizam a face moderna da Índia que se integra às correntes internacionais do comércio e das finanças globalizadas. A internacionalização de seus principais conglomerados empresariais, tanto os públicos quanto os privados – grandes grupos econômicos com atuação global como Tata, Reliance, Mittal, Rambaxy, Dr. Redy, Infosys, para mencionar apenas algumas de suas grandes corporações em diversos segmentos, é outra sinal da expansão de uma do capitalismo indiano neste início de milênio.

Outra face interessante da presença indiana no mundo é a sua diáspora. Estima-se em quase 30 milhões o número de indianos e seus descendentes que se espalharam pelo mundo. Alguns desses movimentos populacionais são muito antigos, como no Sudeste Asiático, na África, no Caribe e no Golfo Pérsico, herança do Império britânico. Em países como os Emirados Árabes Unidos, Maurícius, Suriname, Guiana e Trinidad Tobago, a comunidade de origem indiana constitui a maioria da população. Na África do Sul, no Nepal, na Malásia e Arábia Saudita, representam grupos expressivos. Na Inglaterra e nos EUA, com cerca de dois milhões de NRI (*Non Resident Indians*) cada, a comunidade indiana se vem qualificando e ocupando posições de relevo crescente na

¹⁰ Diversas reportagens na imprensa econômica indiana e internacional, especialmente na revista The Economist e no site do jornal The Hindu Business Line (www.thehindubusinessline.com).

vida acadêmica, na medicina e nas áreas tecnológicas, no comércio e até na política. Há cerca de 20 mil médicos de origem indiana clinicam nos EUA.¹¹ Essa presença internacional da Índia, além de ser fonte de recursos financeiros repatriados que ajudam a mover a engrenagem econômica da prosperidade nacional indiana, serve também para promover a imagem do país no exterior, a divulgar sua cultura, sua marca, sua culinária, enfim, para projetar sua influência, via *soft power*¹², mundo afora.

¹¹Fonte: Global Organization of People of Indian Origin (www.gopio.net).

¹² O conceito de *soft power* foi inicialmente desenvolvido pelo Professor Joseph Nye Jr., da Universidade de Harvard, em um livro de 1990 (*Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*), retomado em 2004 com o livro *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Trata-se da habilidade de um ator internacional, Estado ou não, de influenciar indiretamente, sem o uso da força, no sentido de seus interesses, de seu prestígio etc. Em artigo publicado na revista *Foreign Affairs* (maio/junho de 2004), escreveu Nye: “Indeed, that is what Washington achieved after World War II: it has used soft power resources to draw others into a system of alliances and institutions that has lasted for 60 years. The Cold War was won with a strategy of containment that has used soft power along with hard power.”

Capítulo 3 - Relações Brasil-Índia.

As relações com o Brasil datam do início da nossa história colonial. Basta lembrar que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil em 1500, ao perder o caminho das Índias em razão de suposta calmaria que desviou as caravelas da rota conhecida, mais próxima da costa oriental africana. No início do século XVIII, ou seja, logo após a descoberta de ouro em Minas Gerais, o Rei de Portugal deu permissão para o comércio direto entre Brasil e Índia. Desde a metade do século XIX, navios portugueses, no regresso da Índia, paravam em portos brasileiros. As nossas mangas, nossa pimenta e nossa canela foram trazidas de Goa, assim como os coqueirais de nossas praias. De 1783 a 1820, esse comércio atingiu picos de intensidade e volume.

As relações formais do Brasil com a Índia contemporânea foram estabelecidas em 1948, imediatamente após a independência indiana. Jawaharlal Nehru, Primeiro Ministro durante 17 anos no parlamentarismo de tipo britânico adotado pela Constituição de 26 de janeiro de 1950, assumiu estatura mundial ao opor-se à Guerra Fria e liderar o Movimento dos países não alinhados. Coexistência pacífica e não-alinhamento eram os dois pilares da diplomacia indiana, porém -- mais um paradoxo --, em ambos Nehru e seu Partido do Congresso falharam. A coexistência pacífica com o Paquistão não se concretizou, pois não foi possível negociar um acordo sobre o território da Cachemira, e a difícil convivência com o vizinho acabaria pondo em cheque o não-alinhamento. Ao utilizarem o Governo paquistanês como intermediário da aproximação com a China, Nixon e Kissinger lhe concederam armamento militar de alto nível, o que levou Indira Gandhi a assinar, em agosto de 1971, o Tratado de Paz, Amizade e Cooperação com a URSS. Com a China tampouco a coexistência pacífica resistiu às tensões fronteiriças que ocasionaram a Guerra de 1962, em que as forças indianas foram sumariamente derrotadas pelos militares chineses, e um clima de desconfiança que só recentemente começou a se dissipar.¹³

O clima do relacionamento bilateral era morno. O Brasil não aderiu ao movimento dos países não alinhados e, a partir de 1964, fez uma opção pró-EUA, que

¹³ *India: From Midnight to the Millennium*, de Shashi Tharoor (vide bibliografia) e também em diversos sites da internet, como www.globalsecurity.org.

se estenderia até o governo Geisel. A visita de Indira Gandhi ao Brasil, em 1968, não gerou conseqüências práticas. A economia indiana, atrelada a sucessivos planos quinquenais, altamente protecionista e em busca da auto-suficiência, não era um mercado disputado pelas empresas brasileiras, voltadas para o mercado interno. Embora fatores tais como a posição estratégica da Índia e a competição com a China pela preeminência na Ásia levassem estrategistas e planejadores diplomáticos a defender uma aproximação equilibrada com os dois gigantes asiáticos, o fato é que o intercâmbio econômico, político e cultural manteve-se em nível inexpressivo.

O quadro se alterou no início dos anos 1990, em decorrência de mudanças significativas nos dois países: o Brasil realizou a abertura comercial e a Índia fez a reforma econômica liberalizante, sob a condução do atual Primeiro Ministro Manmohan Singh, brilhante economista que ocupou o cargo de Ministro da Fazenda do Governo Narasimha Rao, entre 1991 e 1996. A visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia, em 1996, deu início a uma cooperação mais ambiciosa. Mas a explosão de bombas atômicas pela Índia (e pelo Paquistão), em 1998, gerou forte reação contrária brasileira, e a intensidade das relações de novo decaiu.

Com a visita do Presidente Lula, em janeiro de 2004, o relacionamento saltou para novo patamar de excelência. Hoje, a Índia se afirma como um dos principais parceiros do Brasil na Ásia e se destaca como uma das prioridades da diplomacia brasileira. A menção feita pelo Presidente Lula, em seu primeiro discurso inaugural, em 2003, à prioridade diplomática que seu governo atribuiria à Índia foi seguida de iniciativas diplomáticas que vêm sendo implementadas, com vistas a traduzir a vontade política em ações substantivas de cooperação e de parceria em diversos setores. Em setembro de 2006, o Primeiro Ministro Manmohan Singh realizou importante visita ao Brasil, ocasião em que foram assinados numerosos instrumentos que concretizam, em termos práticos, a vontade e a necessidade de que os dois países se aproximem e aprofundem a cooperação. No início de seu segundo mandato, em junho de 2006, o Presidente Lula voltou a visitar a Índia, à frente de grande delegação de Ministros e empresários, mantendo os canais de diálogo entre os dois Governos num nível de fluidez ímpar.

Nesse contexto, a criação do Forum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), em 2003, merece especial destaque. Os três países oferecem à comunidade internacional exemplo inovador de concertação político-diplomático e cooperação multidisciplinar que desperta a atenção de analistas e estrategistas. Sinal dos novos tempos, o mecanismo IBAS aponta para uma nova geometria das relações internacionais, mais democrática e incluyente, em que a Índia, o Brasil e a África do Sul terão um papel de crescente importância.

A Índia também “está na moda”. A agressividade de suas empresas, seus níveis de excelência em tecnologias de ponta e a consistência de sua administração econômica são celebrados pelos formadores de opinião mundiais. Embora persistam dúvidas quanto à velocidade de superação de gargalos históricos muito significativos, não só em termos sociais, mas também na área da infraestrutura, os êxitos da última década justificam a expectativa de altas taxas de crescimento no futuro previsível.

A complementaridade em vários setores e a notável sintonia político-diplomática entre os dois governos vêm abrindo amplas avenidas à cooperação bilateral. Cabe ao Brasil aproveitar as oportunidades de acordo com os nossos interesses. Para tanto, é oportuno reduzir os efeitos de dois resíduos inerciais: as distâncias geográfica e cultural. A primeira tende a diminuir com a evolução tecnológica globalizante e o aperfeiçoamento das conexões marítima e aérea. A segunda aconselha a investir em visitas, na divulgação de nossas culturas em sentido amplo, no turismo e, sobretudo, na busca de negócios.

Como a China de quinze, vinte anos atrás, a Índia está pronta para decolar. Melhor do que a China dos 80, a Índia tem empresas com capacidade de diálogo, um marco jurídico assentado, a democracia como forma de organização política e, ainda, o inglês como língua franca. Como a Índia está fadada a ser protagonista da cena internacional e o Brasil também almeja destacar-se no mundo, a parceria entre ambos parece ser um jogo ganha-ganha, em que há mais sinergia e complementaridade do que competição.

3.1 – Cooperação multilateral.

Até essa fase mais recente de aproximação efetiva e conseqüente entre os dois países, que teve início nos últimos anos, pode-se afirmar que a parceria indo-brasileira se limitava a uma tendência natural à concertação de posições nos fóruns multilaterais. Embora o Brasil jamais tenha aderido formalmente ao Movimento dos países não alinhados, do qual Nehru foi um dos fundadores, na Conferência de Bandung, em 1956, sua orientação de política externa pré-1964, sobretudo nos Governos Jânio Quadros e João Goulart, tinha um viés de autonomia no mundo da bipolaridade Leste-Oeste. Após o interregno de um alinhamento mais automático com Washington que marcou os primeiros anos do regime militar, a partir de 1974, no Governo Geisel, a política externa do Brasil voltaria ao caminho de maior autonomia diplomática e de reafirmação de uma visão segundo a qual, por diversas razões e motivações, o Brasil tinha papel de relevo a desempenhar no chamado Terceiro Mundo. É dessa fase um maior ativismo diplomático brasileiro nas Nações Unidas, como, por exemplo, no Grupo dos 77, no antigo GATT e na UNCTAD.¹⁴

Nesses fóruns e organismos multilaterais, Brasil e Índia se descobriram parceiros naturais, em função de partilharem não só conquistas e avanços em comum, mas também problemas e obstáculos em comum. Em vários processos negociadores internacionais, diplomatas do Brasil e da Índia atuaram em conjunto, muitas vezes liderando posições ousadas e mobilizando o apoio de outros países em desenvolvimento nos diversos continentes. Esse tipo de cooperação, que em alguns momentos, como na chamada Rodada Uruguai¹⁵ de negociações comerciais, ao final da qual o antigo GATT seria substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC), fez com que Nova Delhi e Brasília fossem vistos como radicais líderes da resistência ao que anos mais tarde se chamaria de Consenso de Washington – receituário de medidas liberalizantes na economia, nas finanças e no comércio, foi aprofundando a identificação entre as estruturas diplomáticas da Índia e do Brasil. Embora no mundo de hoje tantas posições se tenham invertido, durante a Rodada Uruguai, o Brasil e a Índia estiveram na vanguarda da resistência à adoção de regras internacionais para a proteção da

¹⁴GATT-*General Agreement on Tariffs and Trade*; UNCTAD-*United Nations Conference on Trade and Development*.

¹⁵ A Rodada Uruguai de negociações comerciais internacionais desenrolou entre 1986 e 1994, quando foi criada a OMC, a Organização Mundial do Comércio (WTO, na sigla em inglês).

propriedade intelectual e para a abertura de suas economias para as empresas transnacionais, sobretudo bancos e outros prestadores de serviços. Paradoxalmente, os dois países hoje se vão transformando em prestadores de serviços e passaram a gerar patentes, que precisam ser protegidas da pirataria, graças a seus esforços na área de P&D (pesquisa e desenvolvimento, ou a sigla R&D, em inglês) em Ciência e Tecnologia.

Na Rodada Doha ora em curso, a primeira após a criação da OMC e que foi lançada em 2001, Brasil e Índia estão novamente na liderança dos chamados países emergentes que compõem o G-20. Alguns dos *rounds* mais difíceis dessa etapa vêm contrapondo os interesses de economias como a indiana, a brasileira e a chinesa, por exemplo, às dos países mais desenvolvidos, sobretudo os EUA, a União Européia e o Japão. A natureza das disputas de hoje se alterou profundamente. Ao Brasil e à Índia interessa ampliar o acesso de seus produtos e serviços, hoje muito mais competitivos, aos mercados de consumo das economias mais industrializadas, sem, entretanto, liberalizar tão radicalmente a abertura de seus mercados de modo a pôr em risco a sobrevivência, no caso da Índia, de sua estrutura rural ainda vulnerável, ou, como no caso do Brasil, impedindo, por meio de subsídios que distorcem a competitividade comercial de nossas *commodities* agrícolas ou minerais, a ampliação de nossas exportações.

Outra frente de atuação internacional conjunta em processos multilaterais diz respeito ao projeto do Brasil e da Índia, que com o Japão e a Alemanha compuseram o G-4, de promover a reforma das Nações Unidas, passando a integrar seu Conselho de Segurança. O discurso diplomático que embasa esse projeto procura demonstrar que o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em sua composição atual, já não reflete o mundo de hoje. Os membros permanentes do CSNU, que dispõem de poder de veto nas decisões do principal órgão político da ONU – EUA, Inglaterra, França, Rússia e China, traduzem a realidade dos vencedores da Segunda Guerra Mundial, em 1945, em cuja consequência foi estabelecido aquele organismo internacional. Para se atualizar à realidade do século XXI, aquele colegiado precisaria ser ampliado, a fim de incluir os quatro membros do G-4 e talvez também um representante da África e do mundo árabe.

Os chamados BRIC's¹⁶ são outro grupamento em que o Brasil e a Índia aparecem juntos diante do mundo, neste caso ao lado da Rússia e da China. O chamado mercado vem examinando a performance econômica dessas quatro economias e, projetando para algumas décadas adiante seus atuais níveis de crescimento e seu potencial. Imagina-se que por volta de 2050 os hoje gigantes emergentes terão suplantado a maioria das sete principais economias do mundo industrializado de hoje (G-7), como especulou o estudo original da Goldman Sachs. Embora seja uma formulação mais “midiática” do que política, e, portanto plástica o bastante para abrigar outras conformações, que incluiriam países como o México, a África do Sul ou a Turquia, pertencer aos BRICs é reconhecimento de prestígio-“soft power” e reforça, no caso do Brasil e da Índia, uma percepção que se generaliza: dois parceiros que se descobrem e se aproximam, em interesse comum.

¹⁶ Há consenso de que a sigla BRICs foi cunhada em estudo de 2003 da Goldman Sachs (banco de investimentos norte-americano; suas variações posteriores, como BRICTS, serviriam para abranger a África do Sul e a Turquia; os mexicanos já usaram BRIMC e assim por diante. Para acessar o estudo original da Goldman Sachs: www2.goldmansachs.com .

3.2 – As relações bilaterais. Evolução recente e criação do IBAS.

Como já observado, o histórico do relacionamento diplomático entre a Índia e o Brasil, entre 1949, quando os dois países trocaram seus primeiros Embaixadores, e o início da década de 1990, quando o diálogo político entre as duas capitais entrou em fase mais densa, era correto, porém distante, e se concentrava em iniciativas multilaterais de interesse comum. Mesmo a visita ao Brasil da então Primeira Ministra Indira Gandhi, em 1968, gerou pouca consequência substantiva e duradoura.

A partir da troca de visitas de nível político-diplomático elevado, de Ministros e outras delegações de caráter técnico, se vem verificando uma mudança qualitativa do relacionamento bilateral. Há várias maneiras de medir esse processo de intensificação do relacionamento bilateral. Pelo número, pelo nível e pelos resultados de visitas de autoridades trocadas entre os dois países, percebe-se crescente grau de intimidade e de cooperação, em vasto espectro de assuntos e áreas. Apenas em 2007, a imprensa noticiou que o Chanceler Celso Amorim visitou três vezes Nova Delhi: a primeira em abril, para a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia; a segunda na comitiva do Presidente Lula, em junho; e a terceira em julho, para a Reunião da Comissão Ministerial, equivalente à Comissão Mista, do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Sua interlocução com o Chanceler indiano, Pranab Mukherjee, e com o Ministro do Comércio, Kamal Nath, ao lado de quem exerce a liderança nas conversações da Rodada Doha, no âmbito do G-20, é constante e fluída.¹⁷

Pelos números do comércio bilateral, outra maneira importante de comprovar a evolução desse relacionamento, verifica-se que as exportações brasileiras aumentaram, entre 2000 e 2005, 422%, enquanto as importações provenientes da Índia cresceram 342%. Embora sejam marcas impressionantes, não se pode perder de vista que partiram de patamar modesto. Em 2005, o comércio bilateral movimentou bens e serviços nos dois sentidos no valor total de US\$ 2,4 bilhões.¹⁸ Tem crescido, mas ainda se revela muito aquém do potencial de duas das principais economias do mundo, que têm perfil de *global traders* e que buscam a diversificação de suas correntes de comércio. No

¹⁷ Conforme noticiário recente da imprensa brasileira e internacional, bem como *press releases* do Itamaraty (www.mre.gov.br) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia (www.mea.gov.in).

¹⁸ Estatísticas levantadas na Brazil TradeNet (www.braziltradenet.gov.br).

encontro do Presidente Lula com o Primeiro Ministro Manmoham Singh, em junho último, foi adotada a meta de elevar a balança comercial entre os dois países para a casa dos US\$ 10 bilhões, objetivo ambicioso, sem dúvida, mas plenamente factível, tendo em vista o atual dinamismo do comércio exterior do Brasil e da Índia e suas perspectivas futuras.¹⁹

O fato relevante é reconhecer que não há um só assunto da agenda internacional de nossos dias em que se possa dizer que o Brasil e a Índia são irrelevantes ou não têm interesse em comum. Em temas como meio ambiente e mudança climática, ambos têm peso na contribuição que podem oferecer ao debate mundial sobre a questão. Em ciência e tecnologia, medicina tropical, combate a epidemias, no combate à pobreza e à fome das populações carentes, têm experiências a serem compartilhadas. Na preocupação com o terrorismo²⁰, em suas regiões e no mundo como um todo, igualmente há comunhão de interesses. Nas trocas de experiências de aperfeiçoamento das práticas agrícolas e de produtividade rural, a Embrapa já tem antigos vínculos com instituições indianas congêneres. Em pesquisas espaciais e sensoriamento remoto, uma vez que a Índia se encontra em estágio avançado nas tecnologias de lançamentos de foguetes e satélites, assim como na área militar em geral, a expectativa é de que os dois países possam avançar muito nos próximos anos. No campo da energia nuclear, uma vez que a Índia domina o ciclo nuclear completo, já chegou a realizar explosões de artefatos atômicos, e tem antigo programa nuclear também para finalidades civis, o Brasil já retomou interessante interação com a Índia, que, aliás, está em processo de normalização de sua posição frente aos regimes internacionais de não-proliferação, em entendimentos com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em Viena, e com os membros do NSG (*Nuclear Suppliers Group*), dos quais somos membros. Na cultura, na educação, nas artes, no estímulo aos fluxos turísticos, os dois países têm muito a aprender reciprocamente (a classe média indiana, em franca expansão nessa longa fase de crescimento acelerado da economia, viaja cada vez mais ao exterior; há cerca de 40 milhões de portadores de passaportes na Índia; o turista indiano e sua

¹⁹ A meta de US\$10 bilhões para o comércio bilateral Brasil-Índia consta do Comunicado Conjunto emitido ao final da visita do Presidente Lula à Índia, em junho de 2007 (www.mea.gov.in).

²⁰ A Índia enfrenta graves problemas de terrorismo, sendo comuns atentados a bomba e sabotagens. Três “famílias” de movimentos terroristas há anos preocupam a Índia: o radicalismo islâmico, não limitado à Cachemira, na fronteira litigiosa com o Paquistão; o banditismo de inspiração maoísta que atemoriza, a partir do Nepal, uma faixa central do Subcontinente asiático, no chamado “naxalismo”; e o banditismo à feição de cangaço que infesta o nordeste indiano, a partir das fronteiras com Bangladesh. Fonte: noticiário de imprensa sobre terrorismo internacional.

propensão a consumir são cativados pelos maiores mercados turísticos do mundo, não podendo o Brasil perder as oportunidades que se apresentem).

Até mesmo em segmentos inesperados se encontra espaço para aprofundamento das relações bilaterais. O Brasil, que é hoje o maior exportador mundial de carne bovina, deve o patrimônio genético da maior parte de seu rebanho ao gado de origem zebuína que é originário da Índia e que começou a ser levado para o nosso país há cerca de cem anos, no início do século XX, por pioneiros da pecuária brasileira mais moderna. A qualidade, a rusticidade, a robustez e a adaptabilidade das raças zebuínas que se desenvolveram no Brasil – nelore, gir, guzerá, dentre outras, ajudam a explicar boa parte do sucesso brasileiro nesse setor. A imprensa noticia com frequência que o Brasil e a Índia estão desenvolvendo *joint venture* para pesquisas genéticas que visam a propiciar a exportação de embriões bovinos necessários à constante renovação do *pool de DNA* zebuino que aprimore nosso próprio rebanho.²¹

Em mais um sinal concreto de que a intensificação do relacionamento bilateral Brasil-Índia dá frutos, em 2003 foi estabelecido o Fórum IBAS, reunindo Brasil, Índia e África do Sul. Três países com importantes papéis de liderança em seus respectivos continentes e no mundo em desenvolvimento em geral, três democracias em pleno funcionamento, três sociedades vibrantes em seu multiculturalismo. Desde sua criação, o IBAS tornou-se mecanismo de concertação e de cooperação que tem tripla vocação, como se observa pelos documentos que têm sido divulgados ao final de suas reuniões e encontros de Cúpula. A primeira é a de propiciar fluidez no diálogo entre os três governos e sociedades, identificando setores em que a cooperação trilateral se faça em benefício comum; a segunda reside na demonstração de que o chamado diálogo Sul-Sul não se esgota na retórica diplomática terceiro-mundista, admitindo, sim, sua tradução em ações concretas e frutíferas; a terceira é a possibilidade de os três países prestarem assistência a países com desenvolvimento frágil ou vulnerável. Nesse sentido, cabe destacar a formação do Fundo IBAS, integralizado com recursos orçamentários dos três países, e que se destina a financiar projetos e ações de combate à pobreza. No Haiti, país mais pobre das Américas, o Fundo IBAS, com o apoio do PNUD (órgão das Nações

²¹ Em *sites* como o da EMBRAPA e de publicações especializadas encontra-se informações interessantes sobre o processo de adaptação do gado zebu no Brasil e seu aprimoramento genético (www.cnpqg.embrapa.br).

Unidas), vem executando projeto pioneiro de coleta de lixo urbano em áreas carentes. Outros projetos de igual impacto social estão em fase de definição no Timor Leste, no Burundi e na área sob jurisdição da Autoridade Palestina, para mencionar três exemplos de possíveis novas iniciativas do grupo.²²

²² Informações atualizadas sobre o Fórum IBAS podem ser encontradas na página eletrônica do Itamaraty e também no Ministério dos Negócios Externos da Índia.

Conclusão.

A política externa brasileira constitui processo pelo qual o país busca maximizar a realização de seus interesses internacionais. Ao Brasil, interessa se afirmar, cada vez mais, como um ator internacional construtivo e relevante, que mantenha um relacionamento de perfil global e diversificado, que assegure a projeção de sua imagem no mundo como um parceiro confiável que contribui para o desenvolvimento de uma ordem internacional mais justa e democrática. As últimas décadas demonstraram que a comunidade internacional precisa aperfeiçoar os mecanismos de cooperação que assegurem a paz, o desenvolvimento que reduza as desigualdades sócio-culturais, a sustentabilidade, enfim, da vida humana no Planeta Terra.

A Índia e o Brasil estão se descobrindo. Além da distância geográfica e cultural, afastava-os, até recentemente, a distância mais difícil de ser superada, que resultava do desconhecimento recíproco. À medida que se vão conhecendo melhor, processo que de fato parece estar em curso, serão identificadas as áreas de atuação conjunta em que a cooperação entre esses dois grandes países do mundo em desenvolvimento trará benefícios para eles próprios e suas populações, assim como para o mundo em geral. Esse processo de descoberta do outro e de identificação de sinergias possíveis é necessariamente gradual e cumulativo, não permitindo queima de etapas, na medida em que se vai construindo intimidade e confiança recíprocas.

Além de um bom diálogo entre os dois Governos e suas instituições, a proximidade efetiva do Brasil com a Índia estará assegurada na medida em que se verifique, também, um melhor entrosamento *people to people*. Nesse sentido é que se deve buscar a conectividade em sentido amplo: laços culturais e políticos, que promovem admiração mútua e servem para atrair interesses articulados. Assim, prospera o comércio bilateral, amplia-se a cooperação por meio da troca de cientistas, pesquisadores, estudantes, aumentam os fluxos de turistas de lado a lado – somam-se, enfim, as experiências históricas complementares de duas grandes nações, que lideram áreas continentais importantes nas duas faces do globo.

A atual fase de prosperidade indiana, que coincide com conjuntura igualmente favorável no Brasil, não pode ser desperdiçada. Há analistas que comparam o momento hoje vivido pela Índia, em sua decolagem na direção de tornar-se uma potência internacional de primeira grandeza, com o capítulo histórico que a China atravessou há cerca de vinte anos, nas vésperas do imenso salto que vem dando. Talvez o Brasil não tenha aproveitado tão bem uma parceria como a da China, devido a fatores limitativos nossos, como crise da dívida externa e inflação crônica, que serviam para limitar nossa capacidade de ação diplomática. Agora é diferente. Caso o Brasil consiga dar curso ao atual processo de aproximação com a Índia, tornando mais densos os vínculos de interesses e de parcerias bilaterais com reflexos internacionais, decerto um novo eixo relevante e promissor estará se afirmando no cenário internacional. Eixo composto por duas democracias, duas grandes populações, duas imensas extensões territoriais, duas estruturas sociais ainda marcadas por desigualdades sociais que precisam ser superadas – dois países, enfim, com potencial para desempenharem papel central no mundo do futuro.

DADOS BÁSICOS DA ÍNDIA

PIB em US\$ trilhões PPP 2005 (estimado)	US\$ 3,6
PIB em US\$ bilhões correntes em 2005	US\$ 731
Renda per capita ppp (2005)	US\$ 3.224
Renda per capita US\$ correntes (2005)	US\$ 663,6
Reservas internacionais (jan/2007)	US\$ 178,1 bilhões
Importações (abril 2005-março 2006)	US\$ 157 bilhões
Exportações (abril 2005-março 2006)	US\$ 105,2 bilhões
Balança Comercial (abril 2005-março 2006)	US\$ - 51,8 bilhões
Investimento estrangeiro direto (abril 2006-março 2007), projetado	US\$ 9 bilhões
Inflação (2006)	6 %
Poupança doméstica bruta	32,4% do PIB
Investimento doméstico bruto	32,2% do PIB

Fontes: RBI (*Reserve Bank of India* – www.rbi.org.in)

Bibliografia.

- BRASS, Paul R. *The Politics of India Since Independence*, New York: Cambridge University Press, 1994 (second edition)
- DAS, Gurcharan *India Unbound*, New Delhi: Penguin Books, 2002
- DUMONT, Louis *Homo Hierarchicus*, São Paulo: Edusp, 1984
- FUKUYAMA, Francis *The End of History, in The National Interest* (número 16, Summer, p.3-33), 1989
- KHILNANI, Sunil *The Idea of India*, New York: Farrar, Straus, Giroux, 1999
- NEHRU, Jawaharlal *The Discovery of India*, New Delhi: Penguin Books, 2004 (publicado originalmente em 1945)
- NYE JR., Joseph *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, Cambridge, Massachusetts: Perseus Books Group, 2004
- PAZ, Octavio. *In Light of India*, (trad. Winberger, Eliot, 1997), Nova York: Harcourt, Brace & Co., 1998
- PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel (org.) *Estratégias – Índia e Brasil*, Brasília: IPRI-FUNAG, 1997
- SAID, Edward W. *Culture and Imperialism*, Nova York: First Vintage Books Edition, 1994
- SEN, Amartya *The Argumentative Indian*, Noida: Penguin Books, 2005
- THAROOR, Shashi *Nehru: The Invention of India*, Nova York: Arcade Publishing, 2003
- India From Midnight to the Millennium*, New Delhi, Penguin Books, 2000
- THEPAR, Romila *Early India: From Origins to AD1300*, New Delhi: Penguin Books, 2002
- VARSHNEY, Ashutosh *India in The Era of Economic Reforms*, Oxford University Press, 2002
- VARMA, Pavan K. *Being Indian*, New Delhi: Penguin Books, 2004
- ZIMMER, Heinrich, 1951. *Filosofias da Índia*, (trad. e proj. editorial, Lia Diskin), São Paulo: Palas Athena, 2005 (primeira edição, 1951)

Sites mais consultados:

www.mre.gov.br (Itamaraty)

www.mea.gov.in (Ministério dos Negócios Externos da Índia)